



cgée

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Série Debates: A Questão da Água no Nordeste

Relatório Síntese do Debate 4 - Desenvolvimento Regional Sustentável e a Revitalização de Bacias Hidrográficas Bacias do Semi-Árido

Tema 4 - Desenvolvimento Regional Sustentável e a Revitalização das Bacias Hidrográficas. Revitalização Ambiental das Bacias Hidrográficas

Antonio Rocha Magalhães

Brasília, DF
Novembro, 2008

Série Debates: A Questão da Água no Nordeste

***Tema 4** - Desenvolvimento regional sustentável e a revitalização das bacias hidrográficas. Revitalização Ambiental das Bacias Hidrográficas. Principais desafios. O que precisa ser feito. O que está sendo feito. Importância para o desenvolvimento sustentável do Nordeste, a conservação da Caatinga, a preservação da biodiversidade, o combate à desertificação. Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Resultados esperados.*

Relatório Síntese do Debate 4 (Desenvolvimento Regional Sustentável e a Revitalização de Bacias Hidrográficas Bacias do Semi-Árido) realizado em 23 de outubro de 2008.

1. Introdução

Dentro da Série de Debates sobre A Questão da Água no Nordeste, promovida pelo CGEE e ANA, foi realizado em 09.09.2008, na sede do CGEE, o IV Debate, que teve como tema geral Desenvolvimento regional sustentável e a revitalização das bacias hidrográficas. Revitalização Ambiental das Bacias Hidrográficas. Principais desafios. O que precisa ser feito. O que está sendo feito. Importância para o desenvolvimento sustentável do Nordeste, a conservação da Caatinga, a preservação da biodiversidade, o combate à desertificação. Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Resultados esperados.

O tema específico do Debate IV foi: Desenvolvimento Regional Sustentável e a Revitalização de Bacias Hidrográficas do Semi-Árido.

Relatório detalhado do Debate está sendo preparado pelo Relator do evento, Francisco de Assis Souza Filho.

2. Agenda Final

A Agenda Final do evento consta do Anexo. Pequenos ajustes continuaram a ocorrer ainda durante o evento.

3. Participantes

Além dos especialistas convidados, cujos nomes constam na Agenda, o evento contou com a participação de diretores e funcionários da ANA e do CGEE. O encontro foi muito rico de conteúdo e de participação.

4. Síntese

O IV Debate foi aberto pela Presidente do CGEE, Lúcia Melo, e pelo Diretor Presidente da ANA, José Machado.

Lúcia Melo deu as Boas vindas aos participantes e informou que o evento faz parte da série de debates ANA-CGEE. O papel do CGEE é de gerar subsídios úteis que possam ser incorporados nas políticas públicas. Comentou o quanto conseguimos progredir através da identificação de consensos e oportunidades.

Este é um diferencial que coloca o CGEE em espaço do processo de formulação das políticas e de interface com a sociedade, em face da perspectiva de futuro do país. Demonstrou grande expectativa de nossa reunião de hoje.

José Machado agradeceu em nome do CGEE e da ANA a participação de todos. Estamos realizando uma série de debates, este é o quarto, dentro do tema geral “água e desenvolvimento no semi-árido”. Tem sido uma experiência muito rica. O relatório final trará subsídios muito importantes para o fortalecimento das políticas públicas voltadas para essa região do país. É um privilégio para a ANA esta parceria com o CGEE, uma parceria estratégica, uma experiência muito rica. Para Machado, temos que apostar muito nisso. Acreditamos que o Brasil tem seus imensos desafios, mas se soubermos tirar proveito dos acúmulos que já temos, trabalhando em conjunto, teremos sinergia e grandes avanços, sobretudo no Semi-Árido, onde há um grande conjunto de instituições importantes que já produziram muito conhecimento e implementaram muitas políticas. Valorizamos essas parcerias, juntando forças, assim podemos apostar em bons resultados. Machado informou que nos últimos meses participou deste e de outros eventos similares que apontam nessa direção. Idéia de juntarmos nossas experiências, visões, em benefício de um ideal comum. O Semi-Árido é desafiador. Olhando o mapa do Brasil, olhando as cores, vemos onde as coisas andaram melhor e onde ainda está ruim – é no Semi-Árido. Então, o Brasil tem de priorizar o Semi-Árido. Não podemos carregar esta iniquidade, que nos atormenta e nos a vergonha. A prioridade tem de estar voltada para esta região do país. Gostaríamos de, ao cabo deste ciclo, que não voltássemos para casa, mas que façamos uma manutenção desse ciclo, que tiremos dele as lições e consigamos monitorar as propostas que viermos a fazer. Dar continuidade. Há muitos tesouros nas prateleiras das bibliotecas, dos quais não tiramos proveito. Temos a expectativa de que esta experiência será diferente e terá desdobramentos. Temos de trabalhar para que tenha frutos, que a gente não se disperse.

Para José Machado, cada instituição pode contribuir para retomar no Brasil o planejamento de forma integrada. É inaceitável que o planejamento integrado, multidisciplinar, ainda não esteja implantado. A cada rodada temos pessoas diferentes. Já passaram aqui dezenas de especialistas, pessoas que têm uma história de vida dedicada a esta temática. Machado enfatizou o que Lucia Melo:

que o CGEE tem como missão transformar o conhecimento em subsídios para políticas públicas, para influenciar os tomadores de decisão.

Sessão I:

O tema desta sessão foi “Desenvolvimento Sustentável e Revitalização de Bacias no Nordeste Semi-Árido: Porque a Revitalização de Bacias é Importante” A sessão foi moderada pelo Presidente da ANA, José Machado, tendo como palestrante José Carlos Carvalho (Secretário de MA e DS de Minas)

Para Carvalho, trata-se de tema fundamental. Ele mencionou que faria algumas reflexões de natureza político-institucional. Por que a revitalização de bacias é importante? É preciso contextualizar no plano do desenvolvimento nacional, no conceito de como o estado brasileiro trata a questão do desenvolvimento regional e do desenvolvimento do semi-árido, cuja importância geopolítica e cuja problemática foi mencionada. Algumas reflexões provocativas: primeiro, um registro. Embora o Brasil seja uma nação continental, ainda não incorporamos a dimensão territorial no planejamento estratégico do desenvolvimento brasileiro. O problema do semi-árido não está resolvido, porque não trabalhamos a dimensão estratégica no planejamento. O planejamento brasileiro é baseado numa combinação desconexa de políticas setoriais. Temos uma combinação de várias políticas setoriais que não levam em conta o território. O Semi-Árido é um exemplo. Outro é o que acontece na Amazônia: um verdadeiro conflito de políticas públicas, porque não incorpora a visão territorial. Há políticas que estimulam o desmatamento e, ao mesmo tempo, outras que tentam conter o desmatamento.

O segundo ponto: temos uma lei moderna de gestão de recursos hídricos, com 10 anos. Só depois que essa lei foi criada e que foi criada também a Secretaria de Recursos Hídricos no MMA, é que começamos a tratar gestão de água na visão de uso múltiplo. Ainda não implementamos isso de maneira satisfatória, embora avanços importantes venham sendo realizados. Foi na Lei 9433 que pela primeira vez incorporamos a dimensão territorial quando definimos a gestão por bacias hidrográficas. Os conflitos da sociedade são transferidos para dentro do governo e são institucionalizados pelo governo (pelo Estado brasileiro). Exemplo, o grande contencioso que há nas políticas do estado brasileiro. A própria gestão

das águas tinha cunho eminentemente setorial, era administrada por um dos usuários, o Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAE). É muito recente esta percepção de gestão integrada.

Um terceiro ponto que obstaculiza a gestão integrada é a revitalização. A cultura que ainda predomina é a cultura que dá protagonismo exclusivamente hidrológico sobre a gestão das águas. Uma cultura não se determina com uma lei, nem com a constituição. Existe uma visão hidrológica da bacia. Isso começa a mudar no meio acadêmico. Mas essa visão é percebida pelo cidadão comum: o que existe é o rio, ele não imagina a conexão entre a água do rio, o lençol freático, questões de carga e recarga etc. Precisamos superar a visão exclusivamente hidrológica e apostar mais na gestão de bacias. Neste ponto, a Lei 9433 foi revolucionária, avançando em relação à 6938, que criou a política ambiental (de forma setorial). A política ambiental tem também de ser matricial, jamais setorial. A 9433 faz a primeira grande ruptura no modelo de gestão do estado brasileiro, por isso que ela é difícil de ser implementada. A cultura dominante nos estamentos de poder não é a da 9433. Não avança por causa dessa cultura que não é do uso múltiplo e da gestão. E mais: a 9433 ainda dá visão excessiva a visão hidrológica, ela tangencia a questão da bacia.

Porque a revitalização é importante: porque a água está na bacia, não está só na calha do rio. Precisamos de reverter esses conceitos para criar um ambiente político mais favorável à implementação das mudanças da 9433. A água está nos lençóis, nas nascentes, nas áreas de recarga.

Temos um programa de revitalização separado de um programa de integração de bacias. Temos dois programas, porque predominou a visão hidrológica. É o predomínio da cultura e da visão hidrológica. É preciso convencer os estamentos de poder, é preciso que a sociedade se engaje nessas mudanças. Em Minas tem-se feito experiência tratando da base territorial, caso da bacia do Rio das Velhas. Concluindo: acumulamos muito conhecimento para fazer as coisas certas. O problema não é de natureza técnica (embora ainda tenha muito conhecimento a ser gerado), o problema é de natureza política, com as políticas públicas baseadas nos velhos paradigmas. Um dos trabalhos mais importantes foi o Atlas do Nordeste, da ANA, que foi ignorado na formulação das políticas públicas.

Comentários:

Devanir Garcia dos Santos (ANA)

Devanir fez uma apresentação com o uso de *PowerPoint*, incluindo os temas: Desenvolvimento regional sustentável e a revitalização. Conceito de revitalização. Recuperação ambiental das bacias. Para ele, é preciso ter um foco nos principais problemas da bacia: aumento de população, estradas, energia, etc. Até agora, isso tem sido feito dentro dos paradigmas antigos, sob bases nada sustentáveis. O grande desafio é inserir a dimensão ambiental nesses processos. Desenvolver parâmetros de sustentabilidade, com participação. Sustentabilidade deve ser o eixo condutor. Microbacias deve ser a base geográfica natural. Sustentabilidade é multidimensional. Por exemplo, deveria haver Indicadores sobre integridade da sub-bacia e saúde da sub-bacia.

Diagnóstico da bacia do São Francisco. Desmatamento, baixa utilização de técnicas de conservação de água e solo, uso inadequado de solos urbanos, lançamento de esgotos não tratados, erosão, poluição, apropriação e uso indevido das lagoas marginais etc.

Devanir falou também sobre práticas conservacionistas, sistemas agrosilvopastoris, integração lavoura-pecuária, controles de processos erosivos. Importante ter estruturas de captação de água para fortalecimento da vazão dos rios. Gestão da oferta, conservação de água e solo. Destacou o Programa produtor de água, voltado para revitalização de bacias. Transformar a água num recurso hídrico, com base no princípio do usuário pagador. Princípios para revitalização: espaço rural, foco na realidade, bacia hidrográfica como Unidade de Planejamento, movimento social, transversalidade. Ofereceu sugestões de algumas políticas públicas, iniciativas de programas, estímulos e incentivos. (ver apresentação em *PowerPoint*).

Geraldo Eugênio, diretor da Embrapa, destacou a questão territorial, exemplificando com a Amazônia. Para ele, ninguém sabe o que é a Amazônia, tem vários conceitos territoriais. É o caso também do semi-árido, com a pressão política para aumentá-lo. O nosso Semi-Árido sempre muda. Geraldo Eugênio mencionou que, na sua sala, tem um mapa do Nordeste e do Semi-Árido, com montagem de imagens de satélite. O semi-árido tem uma cor vermelha: significa que está completamente descoberto. A franja da zona da mata ainda está verde,

a região dos cerrados ainda está verde, o Maranhão ainda está verde. Questão água: se é uma região vermelha, então a água disponível no semi-árido não está sendo aproveitada para quase nada. Para onde esta indo essa água? Evaporação, carreamento de solos para os rios, etc.

Demetrius Christofidis mencionou que, desde a Constituição de 1988 e da criação do MMA, acreditou que estávamos em um novo momento, onde as políticas setoriais dariam lugar a políticas integradas. No entanto, o gerenciamento integrado dos recursos hídricos ainda está na primeira esfera, tratando de quantidade e de uso de água. Precisamos avançar para a outra dimensão, o gerenciamento integrado, envolvendo quantidade, qualidade, fluxo. É preciso perceber a dinâmica da natureza. A água da calha do rio é um indicador de como a água é utilizada na bacia. Demetrius elogiou o trabalho do CGEE e ANA para o conjunto das políticas setoriais. A dimensão territorial é importante. Mencionou ainda a Lei 11445, de Saneamento, e a questão da ocupação urbana.

Debates

Júlio Thadeu mencionou que existe uma Associação Brasileira de Água Subterrânea e uma outra de Recursos Hídricos (para mostrar a questão da falta de integração). Destacou também a questão da formação profissional.

Paulo Romano destacou a importância dos debates, com visão crítica, e mencionou que a transversalidade está nos discursos (não nas ações concretas). É preciso entender melhor o que é sustentabilidade. Temos o vezo cultural da política inversa ao que temos aqui, desde a criação do DNOCS – a luta “contra as secas”. A questão de cultura da água não fala de gestão de água, só gestão de uso. É preciso entender a água onde ela estiver. Mencionou que existe uma perspectiva rica para mobilização, tem de haver mobilização difusa. É preciso também que, do lado do governo, não seja assimilada a cultura do paternalismo.

Apolo falou sobre hidrologismo e disse que é contra a expressão “Minas é a caixa d’água do Brasil”. Sobre descentralização, mencionou que o objetivo não deve ser o município, mas a sub-bacia. Para ele, o melhor uso da água, hoje, deve ser o uso metodológico. A volta do peixe deve ser um upgrade na rentabilidade. Sobre revitalização, é mais importante prevenir do que remediar é preciso evitar a

degradação antes de tudo. Os serviços ambientais prestados pela natureza enriquecem muitos grupos econômicos.

Júlio Rocha chamou a atenção para o desafio de responsabilizar os poluidores. Exemplo: existe pivô central em áreas de nascentes. A responsabilidade deve ser dos infratores ambientais. Sobre a questão dos serviços ambientais, disse que não é justo pagar os grandes proprietários, mas é preciso defender os pequenos. Temos de valorizar as instâncias que existem, os Conselhos, etc. Informou que na Bahia foi feito recentemente o Encontro das Águas, com 3000 pessoas, comunidades, onde foi discutida a valorização humana na revitalização.

Devanir mencionou que, no caso da descentralização, o espaço geográfico deve ser a sub-bacia, tendo o município como ponto focal federativo. Sobre pagamento de serviços ambientais, estamos em nova etapa. As regiões com maior vocação de serviços ambientais são aquelas com maior valor econômico.

José Carlos Carvalho: é preciso voltar à complexidade do nosso tema. A transversalidade só ocorre no plano territorial. Isso é uma questão difícil no Brasil, uma nação continental, uma federação assimétrica, onde os municípios são entes da federação. Mencionou que os únicos instrumentos da política ambiental se baseiam na punição, este é o instrumento que está à disposição do gestor ambiental. Para José Carlos, o Brasil deveria ser chamado de “República Corporativa do Brasil”, porque tudo é corporativo, existem reservas de mercado para tudo. Citou o IV Relatório do IPCC e o Relatório do Banco Mundial que informava que seria possível evitar o cenário mais extremo de mudanças climáticas investindo-se apenas 1% do PIB mundial. Enquanto isso, só nas últimas semanas, com a crise financeira, o capitalismo torrou 3 trilhões de dólares.

Machado: destacou a riqueza do debate e a sua visão crítica. Informou que tem uma visão esperançosa da política de recursos hídricos, em virtude dos avanços já realizados e do que é possível fazer. Estamos fazendo uma revolução a partir da Lei 9433. A lei está mudando a nossa cultura.

Lucia: mencionou a importância de compartilhar informações. Muitas das questões trazidas são absolutamente pertinentes, a questão político-institucional, a questão da cultura dominante e ruptura de paradigmas – isso é reafirmado em vários outros ambientes também. Informa sobre os resultados do trabalho do

CGEE sobre dimensão territorial no Brasil e estratégia de desenvolvimento. O trabalho está com o Ministério do Planejamento, sendo previsto um grande seminário no início de novembro, com 8 módulos. Sabemos que na recente expansão da Embrapa, os três novos centros foram escolhidos em função desse estudo, que envolveu mais de 300 especialistas.

Sessão II

O tema desta sessão foi o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco: Desafios e Perspectivas. Efeitos Esperados sobre a Quantidade e a Qualidade da Água e sobre a Melhoria de Vida das Populações da Bacia Hidrográfica. A sessão foi coordenada por Bruno Pagnoccheschi, diretor da ANA. O palestrante Julio Thadeu Kettelhut, diretor do Programa de Revitalização do MMA, fez uma apresentação utilizando power point. Começou mencionando que o programa de revitalização é para o Brasil inteiro, mas o São Francisco é prioridade, contando com 99% dos recursos. Para ele, é importante não pensar em revitalização como uma coisa morta que precisa ser recuperada, mas também como prevenção para evitar a degradação. Revitalização é: recuperar, preservar e conservar... Falou sobre os efeitos esperados da revitalização e apresentou caracterização da bacia do São Francisco. Trata-se de uma área enorme. Para Júlio, é preciso estabelecer o foco da revitalização. Hoje no SF estão sendo feitas estações de esgotos em 104 municípios da calha do rio. Há entendimentos diferenciados do que seria uma atividade de revitalização. Áreas técnico-temáticas do programa de revitalização incluem informação, educação ambiental, conservação de solo e água, esgotamento sanitário....Deve-se tomar a bacia hidrográfica como área de planejamento e as microbacias como áreas de intervenção. É preciso haver articulação interinstitucional nos três níveis de governo. É fundamental identificar as sub-bacias ou micro-bacias críticas. Durante a fase de planejamento, pretende fazer reuniões com todos os estados, trazer os atores dos governos estaduais. Um só nível de governo não vai resolver. Júlio também falou da importância do monitoramento técnico e estabelecimento de indicadores. É preciso trabalhar com os comitês estaduais e definir uma estratégia conjunta para a bacia.

O comentarista Paulo Romano, Secretário Adjunto de Agricultura de Minas Gerais, falou do esforço de reordenar conceitualmente algumas ações do programa de revitalização estão sendo feitas. O modo como o programa vê a bacia do SF, na sua percepção, carrega um pecado capital. Ele veio como compensação do projeto de transposição. Nos momentos críticos de debate, veio como compensação. Veio politicamente para dar uma resposta às reações contra a transposição. Na verdade, a revitalização se basta, independente de transposição. Não vê a população mobilizada, porque isso veio como um docinho. Precisa retomar isso, ir lá e conversar sobre qual a estratégia para fazer revitalização, não cair na tentação de atender demanda, todo mundo tem demanda, mas qual a estratégia? É preciso trabalhar os conceitos, as estratégias, os instrumentos. Problema: a influencia política e a demanda política do momento. Os recursos aplicados no programa de revitalização do SF são majoritariamente em saneamento básico. Paulo afirmou que isso não foi discutido como estratégia, isso foi efeito político e atendimento de demandas. Fez uma crítica à palavra “populações ribeirinhas”, porque o programa deveria considerar a bacia como um todo.

Paulo Romano chamou atenção para o fato de que a Bacia do SF não é só Semi-Árido, as cabeceiras não são semi-árido. O ponto numero um é verificar como essa água chega na bacia, a estratégia número um deve ser manter o máximo possível onde essa água se ofereceu (pela chuva) num primeiro momento. Com as mudanças climáticas, vai ficar mais crítico acumular água em barragens. No programa de revitalização, devemos valorizar mais quantidade de água do que qualidade de água. Os municípios têm a responsabilidade de resolver o problema de água e esgoto.

Para Paulo Romano, sustentabilidade é fundamental, um meio que temos para ajudar a melhorar a agenda dos comitês, valorizar o lado institucional, ver a experiência do projeto Manuelzão, trazer a universidade. Muitos dos comitês estão ficando velhos. Uma questão crítica: o risco de voltar ao pontual. Tem de considerar que a bacia vive um momento crítico, não tentar pontuar, se não vamos ficar correndo atrás do que está errado e não fazemos prevenção. Paulo lembrou o Ministro Gustavo Krause: qual a função principal do MMA? É preciso motivar as instituições, fazer a inserção da dimensão ambiental no processo

produtivo. Nenhum projeto de revitalização é autônomo, tem de estar ligado ao contexto produtivo. Mudar a cultura, trazer a “pobre” extensão rural, etc. Temos de ter não só a crítica, mas também a autocrítica. Vamos cuidar da água e internalizar nas nossas agendas a questão toda do ciclo da água. O solo tem de estar coberto.

O comentarista Juliano Matos, Secretário Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia, mencionou que é importante entender o conceito de revitalização. Revitalização de todas as atividades, uma questão de desenvolvimento regional. Caso dos projetos de saneamento: foram licitados e contratados pela Codevasf, então a empresa de saneamento da Bahia está se recusando a operar, porque não foi envolvida. O debate revitalização versus transposição não foi produtivo. Com ou sem transposição, o rio passara por sérias dificuldades.

A comentarista Ana Catarina Pires, Secretária de Recursos Hídricos de Alagoas e Presidente do Comitê do São Francisco, fez uma apresentação com power point sobre a experiência do comitê do SF. O Plano integrado da bacia do SF data de 2005. Mencionou o que se entende por revitalização. Revitalização hidroambiental é o que está no plano. O comitê de bacia é a entidade focal da bacia. O Pacto das águas foi deliberação do comitê. Que intervenções? Que programas? Componentes: sistema integrado,... O que se esperava: uma grande revolução em todas as áreas. Havia recursos orçamentados. Como vem ocorrendo? É preciso fazer análise crítica e propor correção de rumos. O Programa de RSF nasceu de anseio do comitê.

Ana Catarina faz uma crítica: o comitê gestor não foi implantado. Mencionou também o ruído da transposição. As ações do MMA não tinham foco. O pacto das águas não aconteceu. O programa é voltado essencialmente para o saneamento básico. Ter visibilidade das ações de revitalização, isto não está claro no site. Defendeu a viabilização do conselho gestor do programa, separando da agenda o conflito da transposição em relação à revitalização. Mencionou que é importante garantir a sustentabilidade dos sistemas de saneamento básico e que também é muito importante fazer o Pacto da Água e um convenio de gestão integrada da bacia.

Na fase de debates, José Carlos Carvalho fez referencia à colocação do Juliano Matos. Se uma revitalização de bacia não está claramente contemplada em um

plano diretor de bacia, para que serve um plano diretor de bacia? Mencionou uma experiência em Minas, o trabalho do rio das Velhas, que é um esforço descomunal, em que foi extraído do plano diretor um projeto de governo que busca construir esse caminho. José Carlos reforça o que falou Juliano: é inaceitável, mesmo reconhecendo que essa seja uma iniciativa importante. Prefere que haja saneamento ambiental pela Codevasf a não ter nenhum saneamento, mas não é razoável o Governo Federal através da Codevasf excluir as companhias de saneamento dos estados, que têm a expertise em saneamento. No caso de Minas, já tem uma decisão. Se a obra tiver qualidade adequada aos padrões da Copasa, a Copasa vai operar. Se não, não vai. Estamos pregando a integração e praticando a desintegração. Infelizmente, por conta de tudo o que discutimos aqui, existe mais desvitalização do que revitalização no Brasil. Desmatamos 10 ou 20 vezes mais aquilo que estamos conseguindo reflorestar. O Plano Diretor de Bacia deve ser o referencial para as ações a serem feitas na Bacia. O Plano Diretor do São Francisco foi completamente atropelado, comitê, colméias, etc. Registra com satisfação que esse processo está mudando. Temos de construir um caminho juntos.

Apolo chamou atenção para a educação ambiental e lembrou que é preciso educar não só os pobres, mas sobretudo os prefeitos. Mencionou que existem 200 projetos de recuperação de microbacias. Foram gerados a partir dos conselhos municipais de desenvolvimento sustentável. Escolha feita sem arbitrariedade. Na fase de implantação de projetos. São quase 60000 bacias de captação de águas superficiais que vão ser construídas. Temos outro projeto ousado que pretende recuperar matas ciliares no SF.

Julio Thadeu abordou a a questão do foco. Preservar sempre o caráter da bacia hidrográfica, focando nas sub-bacias, nas bacias estaduais, nas microbacias. Concentração de outros setores nessa questão de revitalização. A educação ambiental dissociada de uma intervenção tem uma tendência de se acabar. Apesar de o comitê de bacia no Plano do Comitê ter identificado que a prioridade é saneamento, isso é questionado. O foco tem de ser territorial.

Sessão III

A sessão III versou sobre Revitalização de Bacias: Papel no Combate à Desertificação, na Conservação da Caatinga e na Preservação da Biodiversidade e teve como moderador José Rubens Mota, do Banco do Nordeste.

A palestrante Margareth Sílvia Benício de Souza Carvalho, da FUNCEME, fez uma rápida apresentação da Funceme: área de recursos hídricos e meio ambiente. Mencionou que o Ceará é uma depressão sertaneja, no semi-árido. Há vários sertões: várias unidades de paisagem. Fortes impactos sobre solos e recursos hídricos. Caso do Castanhão: solos com grande susceptibilidade à erosão. O fator solo é muito importante na hora da revitalização da bacia. Tem havido expansão da degradação (comparando 1992 com 2004). Funceme fez o mapeamento de todos espelhos d'água no Brasil, para a ANA e o MI. No Ceará e estados vizinhos há grande concentração de pequenos açudes. No Ceará são 5600 espelhos acima de 5 hectares. Falou sobre a proposta de revitalização da bacia do riacho Brun, submetida à Petrobras. Falou da experiência do Prodam: planejamento, áreas escolhidas, diagnósticos. Cordões de pedra em contorno. Terraço em nível, plantio em curva de nível com cobertura morta, cordões de vegetação. Barragens sucessivas. Recuperação de olho d'água. Acúmulo de sedimentos. Resultados produtivos para a comunidade, cisternas de placa, barragens subterrâneas. Atividades produtivas. Educação ambiental, já tem resultados. Capacitação de professores, produtores, jovens e crianças em questões ambientais. Formas participativas de planejamento. Monitoramento socioeconômico e biofísico. O Projeto será concluído até o final do ano. Tentar replicar em outras microbacias. Recuperação da mata ciliar, mesmo sem fazer o replantio, só com as práticas conservacionistas. Diminuição da erosão, recuperação da mata ciliar, melhoria da qualidade da água, novos métodos de produção.

O comentarista Albericio Pereira de Andrade, do INSA – Instituto Nacional do Semi-árido, iniciou fazendo reflexões: existe a cultura de que o país tem muita água, muito espaço, cultura de que quando termina num lugar passa para outro. O maior desafio é aprender a contextualizar os problemas como elemento de solução para o desenvolvimento. Nossas escolas não têm espaço para discutir a condição contextual dos nossos problemas. Tentamos remediar e não atuamos

preventivamente. Há muitos estudos do semi-árido, mas ainda fragmentados, muitos aplicando conhecimentos de outras regiões, por exemplo, em manejo de solo, de culturas. Como pode uma região com 23 milhões de habitantes caber dentro de um espaço que não agüentaria tamanha pressão antrópica. Há a grande pressão das propriedades pequenas, que degradam mais o solo. O grande problema na estação seca é não ter alimento. Técnicas trazidas de outras regiões não funcionam no semi-árido. É importante retomar o conceito de bacias. Não deve ser preocupação de uma propriedade, mas de bacias. Quem teve grande avanço foi Santa Catarina. Está na hora de o governo pensar grande em termos de um espaço para pensar essas questões. O Insa quer articular, trabalhar em conjunto com as diferentes instituições, visando a uma mudança conceitual da nossa visão sobre o semi-árido.

O comentarista Raimundo Nonato de Assis Júnior, da UFC, fez referência ao que já se escreveu sobre o semi-árido no Nordeste. Citou Os Sertões de Euclides da Cunha, vários sertões. Rachel de Queiroz, Rodolfo Theófilo. Está faltando observar questões sobre a pressão sobre o semi-árido. Mencionou a questão do sistema de posse da terra. Um pecado original do semi-árido, mesmo hábito das capitanias hereditárias em uma outra escala. Concentração de terras na mão de poucos dá poder político. O problema do minifúndio. É isso que gera pressão sobre o semi-árido. Não ter a terra significa não ter poder financeiro. Sobre o Prodam, é de opinião de que a terra que se acumula nos cordões deveria ter ficado lá em cima... Problema do analfabetismo. Relatou sua experiência em comunidades: problema de falta de continuidade. Falta articulação, cada um faz por si o que quer. Em resumo: sistema de posse da terra; analfabetismo; e pobreza. Caso dos agropolos: não há estudos de impactos ambientais.

Na fase de debates, Apolo lembrou novamente que a educação deveria ser prioridade máxima, mas que tipo de educação? Modelo: em tudo o que a gente faz, o modelo é antropocêntrico. Deveria ser biocêntrico, respeitar a vida em todas as suas formas. Se for assim, vou respeitar a espécie humana com o desenvolvimento sustentável. Temos de pensar na vida, não só no interesse da espécie humana. A economia não pode governar, ela não tem juízo! A política se prostituiu pelo dinheiro. Esse trabalho nosso com água e com meio ambiente tem o papel de parceiro na estória, um salto de qualidade no pensamento. Apolo disse

que nunca viveu um momento tão bom quanto esse de hoje. Mencionou que adota o território de bacia como referencia, mas é preciso trabalhar o ecossistema também.

Para Joana Darc, são vários sertões. No semi-árido do Rio Grande do Norte (diferente dos outros) há muitas interfaces entre bacias. Um sistema perpassa várias bacias. Como fica adotar a bacia como unidade de planejamento? Como focar grandes problemas? O ser humano que mora na bacia não está vendo a bacia, ele se sente cidadão de um município. A gente não pode se limitar a fazer planejamento de bacia, tem de ter visão macro. Sobre armazenamento de água: existem algumas críticas de que a água não está sendo usada para nada. Entretanto, se não fossem as grandes reservas de água no RN não haveria população lá. Claro que existe necessidade de revitalização de bacias. Não concorda com a idéia de que a água do semi-árido tem de ficar no local onde ela chove, porque aí vai evaporar toda.

Para Marcelo Asfora, a unidade de gestão de recursos hídricos, a bacia hidrográfica, não tem território. Ela é unidade de gestão, mas quem tem território é o município. Quem ficou de fora da Lei 9433 foi o município. No entanto, uso e ocupação do solo têm a ver com o município. A gestão dos recursos hídricos exige transversalidade.

No entanto, Apolo aparteu dizendo que peixe e passarinho não reconhecem o município. O município tem de entender que o território é da água.

Para Margareth, o planejamento tem de ser feito como um todo, não ser setorializado. Alfabetização é importante. As comunidades que prosperaram mais foram as que tinham melhor nível de alfabetização. Mas as outras também, elas vão pela intuição. No solo do semi-árido predomina a alta vulnerabilidade à erosão. O atual secretário de agricultura do Ceará é agrônomo e está altamente preocupado com isso. Preocupação com a questão do biodiesel, sem estudos de solos etc, porque só conhecendo o solo pode-se fazer o manejo técnico adequado. O final deve ser o zoneamento agroecológico.

Sessão IV

A sessão IV foi um painel sobre a Experiência de Revitalização de Bacias no Semi-Árido e foi coordenada por José Luis de Souza, do Ministério da Integração.

A primeira painelista, Joana Darc Freire de Medeiros, da Semarh, RN, fez uma apresentação sobre experiência do RN, na microbacia do Rio Cobra, onde o desmatamento é intenso. O setor econômico conta com 9 cerâmicas. Há 3 comunidades com muito capital social. Existe um processo de mobilização, discussão com a comunidade, diversas reuniões, termo de ajuste de conduta assinado com ministério público, prefeitura, universidade, Ibama, Semarh.... Processo de criação conjunta de conhecimento. Foi feito o diagnóstico da microbacia, que mostra os principais problemas apontados pela comunidade: desperdício de água, desmatamento, falta de água, erosão, poluição.

Problema das cerâmicas: além do uso de argila existe o problema do rejeito da própria cerâmica. Princípios do projeto: participação, sustentabilidade hídrica, recuperação da mata ciliar, áreas de reserva legal, alternativas econômicas sustentáveis, capacitação e fortalecimento dos movimentos sociais. As ações propostas são: controle do escoamento e aumento do armazenamento de água. Barragens subterrâneas. Aumento da cobertura do solo. Controle da poluição. Mudança na matriz produtiva.

O painelista Dalton Melo Macambira, Secretário da Semar, PI, lembrou que o conceito de revitalização de bacias não se diferencia de estado para estado: despoluição, conservação de solos, convivência com variabilidade climática, reflorestamento e recomposição de matas ciliares, gestão e monitoramento da bacia, gestão integral dos resíduos sólidos, educação ambiental, unidades de conservação e preservação da biodiversidade.

No Piauí todos os rios são afluentes do Parnaíba. Os principais problemas hidroambientais incluem: saneamento: sistemas adutores, medidas de conservação de solos, desertificação de Gilbués. Existe o Núcleo de pesquisa para Recuperação de áreas degradadas em Gilbués – Nuperade. O processo de desertificação atinge 15 municípios. Até os anos 70 a expansão do processo de degradação em Gilbués se deu no sentido horizontal, daí para cá ele vem ocorrendo de forma vertical.

Existe o Programa de revitalização do rio Parnaíba, para o qual foram liberados 230 milhões de reais, para esgoto, lixo, recuperação de áreas degradadas e matas ciliares. É possível recuperar o solo e aumentar sua produtividade.

Está sendo constituído agora o primeiro comitê de bacia, a de Canindé-Piauí. Em cada barragem do semi-árido já foi constituída uma comissão gestora. A partir das comissões gestores, criar o primeiro comitê de bacias.

A painelista Maria Dias Cavalcante, do CONPAM-CE, falou sobre o Projeto intersetorial de revitalização das microbacias no estado do Ceará. Uma diretriz é evitar ações pulverizadas. Citou um projeto novo, uma experiência de integração intersetorial, em conjunto das varias secretarias e o Compam – Conselho de Meio Ambiente. Existem 11 bacias hidrográficas no Ceará. Maria Dias acha que deveria ser incluído também o gerenciamento costeiro. Definir uma microbacia para projeto piloto. Ações: não é o caso de pensar em ações novas, mas fazer as coisas de forma integrada. Mencionou ainda Projeto Mata Branca, financiado pelo Banco Mundial-GEF, onde estão incluídas duas microbacias.

O painelista Marcelo Asfora, da SRH-PE, mencionou que existem os sertões de fora e os sertões de dentro. Falou sobre o processo de ocupação do semi-arido. Fez uma apresentação geral sobre a evolução histórica e das políticas para o Nordeste e citou suas diversas fases. Setorialização. Em 1981, a lei 6938 criou o CONAMA e definiu uma política ambiental, mas continuamos com os mesmos vícios. Citou como marcos importantes no planejamento dos recursos hídricos do Nordeste o Plirhine – Plano Integrado de Recursos Hídricos do Nordeste, e o Projeto Áridas – Uma Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste.

A implementação da gestão dos recursos hídricos exige um planejamento transversal. Fez apresentação sobre a política e o planejamento de Pernambuco. Mencionou o Mapa de susceptibilidade a desertificação em Pernambuco. Exemplos de atividades produtivas, criar galinhas, apicultura, acesso a mercado, pequenos viveiros, empreendedorismo, selo, associações, inclusão digital, preparando projeto de revitalização no SF.

O painelista Júlio César de Sá da Rocha, Diretor do Instituto Ingá, da Bahia, em comenta o caso do Estado da Bahia e o GT do São Francisco e seus afluentes. Em 16 meses de atuação do GT, foram feitos trabalhos cobrindo 27 regiões, muitas conferencias, seminários e outros encontros com especialistas. Foi feito um seminário sobre Olhares sobre a Revitalização da Bacia do SF. Para onde vai o SF? Ações de Governo: programa água para todos; monitoramento da

qualidade; banco de dados em saneamento; fortalecimento dos comitês; criação dos comitês das bacias hidrográficas estaduais; comunidades quilombolas, termos de referência dos planos de bacia.

Para Júlio Cesar, os grandes desafios são: pensar o desenvolvimento do oeste da Bahia, aumentar capacidade de gestão; desenvolver ações integradas dos governos estaduais e federais, exemplificando com o caso de Salitre; abastecimento e saneamento nas comunidades ribeirinhas, criação da agência de bacia e cobrança de água na bacia hidrográfica do SF, construção da posição da Bahia sobre o assunto.

O painalista Apolo Heringer Lisboa, do Projeto Manuelzão, UFMG, mencionou o trabalho de biomonitoramento no Rio das Velhas. O Estado só fazia monitoramento físico e químico. Foi refeita a meta: recuperar o rio para nadar e pescar, com data marcada. Feita mobilização social. O trabalho começou em 1997. Apolo acha que não deve haver a pretensão de trabalhar município, estado ou país. Deve-se trabalhar a grande bacia hidrográfica do planeta terra, que não tem nacionalidade. É preciso mudar a visão de mundo. Vem trabalhando em um projeto de rios internacionais. Aterro sanitário não é melhor do que lixão, todos dois enterram matéria prima e energia. O certo é coleta seletiva. No rio das velhas, o oxigênio dissolvido na água está melhorando. Os peixes estão voltando, já subiram mais de 350 km em direção à mancha de poluição. Precisamos avançar o projeto de despoluição do rio. O mais importante é integrar mais os órgãos de governo. Problema mais grave é a Região Metropolitana de Belo Horizonte – impacto da atividade humana.

Para Apolo, existe diferença entre o que é: disciplinar, multidisciplinar, interdisciplinar, transdisciplinar. A proposta do Projeto Manuelzão em 2010 é acabar, e todos vão abraçar uma causa mais ampla. Mas não tem visão antropocêntrica, mas biocêntrica. Temos de ter o despojamento de imaginar um mundo melhor, com uma visão sistêmica.

Na fase de debates, Paulo Romano manifestou alegria em participar deste evento, cuja riqueza pode ajudar a nortear uma mudança de rumo daquilo que, na verdade, se a gente não tomar cuidado, fica na mesmice. Concorde com o Apolo: temos de sonhar. Explicou sobre Manuelzão. Conheceu o Manuelzão. Vê que o Apolo está assumindo a própria fisionomia do Manuelzão. Apolo foi o médico que

cuidou do Manuelzão nos últimos 30 anos da vida dele. A força de mobilização social é fundamental, diferente da educação ambiental que se faz. Temos de descobrir o que fazer é junto com a população. Quando estava na SRH, Paulo fez um movimento de cidadania pelas águas. O essencial era uma linha clara, gente cuidando de águas: a razão organiza e a emoção mobiliza. Trabalhar com gente. As motivações que temos a partir da emoção é que mobilizam. Nós precisamos verificar que as questões não se resolvem no âmbito de quem acha que entende do assunto, mas no âmbito geral da sociedade. Nesse sentido, Paulo, trabalhando com agricultura, tem feito esforço de resgatar, em MG, coisas que estavam perdidas. Por exemplo, no plano federal, quando veio a lei das águas, já que haveria alguém cuidando da água, quem antes tratava de água resolveu abandonar o tema, injustificadamente. No ministério tinha um órgão de conservação de solo e água, depois ficou só conservação de solo. O Ministério de Agricultura tinha de ter uma agenda forte na área de solo, água, planta – perspectiva de cobertura de solo. Sem o solo coberto não adianta. O ideal é a transdisciplinaridade. Para chegar lá, tem de fazer a interdisciplinaridade. Problema: todas as boas ações que foram mostradas aqui vão ficar como piloto, depois de acabar o dinheiro do banco mundial. Então, o que fazer? Tem de envolver a população. Fazer o agroflorestal dentro de cultivos econômicos. Sem cuidar de que as políticas insiram a agenda de que estamos falando aqui no que cabe a elas, vamos continuar com pequenas coisas, pequenos projetos. E tem sistemas bons, a Embrapa tem, o Semi-arido tem.

Apolo mencionou que, na sua carreira, começou na medicina com questão de saúde. Fazia o internato rural no interior. Depois de 15 anos, era a mesma coisa. Então concluíram que saúde não era uma questão médica. Tinha de ver saneamento, integrar instituições, foram se tornando transdisciplinares. A volta do peixe é um indicador de saúde mais importante do que mortalidade infantil. O sistema de saúde é tão perverso que não deixam a criança morrer para continuar com o paciente...

Para concluir, Apolo disse um verso seu: “ Sal, açúcar e gordura não podem ser com fartura, senão você vai pra sepultura de forma prematura” .

O Debate 4 foi encerrado no horário, com palavras finais de Antonio Magalhães, coordenador do evento, e de José Luis de Sousa, do Ministério do Interior. Na avaliação deles, o debate atendeu o seu objetivo.

Brasília, 09 de dezembro 2008

Antonio Rocha Magalhães

ANEXOS

Anexo 1

Relação de Participantes

José Machado, ANA

Lúcia Melo, CGEE

Apolo Lisboa, Projeto Manuelzão

Marcelo Asfora, Pernambuco

José Rubens Mota, BNB

Cristine Viana, UnB

Francisco de Assis, relator

Juliano Matos, BA

Ana Catarina, AL

César Pimentel, ANA

Cristina Mascarenhas, SHRU

Julio Thadeu Kettelhut, MMA

Albericio Pereira de Andrade, INSA

Paulo Romano, MG

Bruno Pagnoccheschi, ANA

Jose Carlos Carvalho. <G

Demetrius Christofidis, MI

José Luis de Souza, MI

Devanir Garcia dos Santos, ANA

Paulo Varella, ANA

Joana Darc Medeiros, RN

Sergio Cavalcanti, CGEE

Aloísio Contini, MG

Raimundo Nonato Junior, UFC

Carmem Bueno, CGEE

Margareth Carvalho, Funceme

Maria Dias, COPOM-CE

Paulo Libanio, ANA

Ilma Pessoa, SEMA BA

Anexo 2

Série Debates: A Questão da Água no Nordeste

Tema 4: Desenvolvimento Regional Sustentável e a Revitalização de Bacias Hidrográficas Bacias do Semi-Árido

Programação

Data: 23 de outubro de 2008

Horário: 9h às 18h

Local: CGEE – Centro de Gestão de Estudos Estratégicos

Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco A, 11º Andar sala 1102

Edifício Corporate Financial Center

Brasília, DF

Tema 4

Desenvolvimento regional sustentável e a revitalização das bacias hidrográficas. Revitalização Ambiental das Bacias Hidrográficas. Principais desafios. O que precisa ser feito. O que está sendo feito. Importância para o desenvolvimento sustentável do Nordeste, a conservação da Caatinga, a preservação da biodiversidade, o combate à desertificação. Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Resultados esperados.

Coordenador: Antonio Rocha Magalhães

Relator: Francisco de Assis Sousa Filho

Abertura: 9h

Lucia Carvalho Pinto de Melo (Presidente CGEE)

José Machado (Presidente ANA)

Sessão I: 9h30 – 11h

Desenvolvimento Sustentável e Revitalização de Bacias no Nordeste Semi-árido:

Porque a Revitalização de Bacias é Importante.

Moderador: José Machado, Presidente da ANA

Palestrante: José Carlos Carvalho (Secretário de MA e DS de Minas)

Comentários: Devanir Garcia dos Santos (ANA)

Geraldo Eugênio (Embrapa)

Demetrius Christofidis (MI)

Debates: Júlio Thadeu, Paulo Romano, Júlio Rocha, José Carlos Carvalho, José Machado, Lúcia Melo

Coffee break: 11h às 11h15

Sessão II: 11h15 às 13h

O Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco: Desafios e Perspectivas. Efeitos Esperados sobre a Quantidade e a Qualidade da Água e sobre a Melhoria de Vida das Populações Ribeirinhas

Moderador: Bruno Pagnoccheschi (ANA)

Palestrante: Júlio Thadeu Kettelhut (MMA)

Comentários: Paulo Romano (Secretário Adjunto de Agricultura, MG),

Juliano Matos (Secretário Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Bahia),

Ana Catarina Pires (Secretária de Recursos Hídricos, AL),

Debates: José Carlos Carvalho, Júlio Thadeu

Intervalo para Almoço; 13h às 14h

Sessão III: 14h às 15h30

Revitalização de Bacias: Papel no Combate à Desertificação, na Conservação da Caatinga e na Preservação da Biodiversidade.

Moderador: José Rubens Mota, BNB

Palestrante: Margareth Sílvia Benício de Souza Carvalho (FUNCEME)

Comentários: Albericio Pereira de Andrade (INSA)

Raimundo Nonato de Assis Júnior (UFC)

Debates: Apolo Heringer, Joana Darc, Marcelo Asfora

Coffee break: 15h30 às 15h45

Sessão IV: 15h45 – 17h45

PAINEL: A Experiência de Revitalização de Bacias no Semi-árido

Moderador: José Luiz Souza, Ministério da Integração

Painelistas:

Dalton Melo Macambira, SEMAR, PI,

Maria Dias Cavalcante, CONPAM-CE,
Joana Darc Freire de Medeiros, SEMARH, RN,
Marcelo Asfora, SRH, PE,
Júlio César de Sá da Rocha, Instituto Ingá, BA,
Apolo Heringer Lisboa, Projeto Manuelzão, UFMG
Debates: Paulo Romano, Apolo Heringer

Encerramento: 17h45 às 18h